



## REFLEXÕES ACERCA DO NOVO GOVERNO E A ESPERANÇA DE EDUCAÇÃO PARA TODOS

**MONLEVADE, João<sup>1</sup>**  
professormonlevade@gmail.com

### Resumo

Este artigo é a compilação dos textos que temos publicado no Boletim chamado Pro-Notícias e traz a preocupação fruto das eleições de outubro de 2018 que elegeu a extrema direita para governar o Brasil. Assim trazemos algumas reflexões sobre o tipo de educação que teremos no Brasil.

**Palavras chave:** Educação; Política; Direito à cátedra.

### Abstract

This text is the compilation of the texts that we have published in the Bulletin called Pro-News and brings the concern fruit of the October 2018 elections that elected the far right to govern Brazil. So we bring some thoughts about the type of education that we will have in Brazil.

**Key words:** Education; Politics; Right to professorship.

### Resumen

Este texto es la compilación de los textos que hemos publicado en el Boletín llamado Pro-Noticias y trae la preocupación fruto de las elecciones de octubre de 2018 que eligió a la extrema derecha para gobernar Brasil. Así traemos algunas reflexiones sobre el tipo de educación que tendremos en Brasil.

**Palabras clave:** Educación; Política; Derecho a la cátedra.

---

<sup>1</sup> Professor fundador do Sintep. Professor aposentado da UFMT e doutor pela UNICAMP. Consultor Legislativo aposentado do Senado Federal.



### **Resultado das eleições de 2018 cristaliza os dois Brasis. Quais?**

Os resultados das eleições de 2014, e, mais ainda, os de 2018 acenderam uma percepção e uma discussão sobre a **divisão do Brasil**.

Dividido administrativamente o Brasil sempre foi: em capitânicas, nos tempos de Colônia, em províncias, nos quase 70 anos de Império. Sem contar nas “municipalidades”, onde pontificaram as “câmaras de vereadores”, até a Constituição de 1988, em que se afirmou de forma categórica a autonomia dos entes federados de base, os municípios. Atualmente, são 5.570 municípios, com divisas geográficas bem definidas que reforçam não só a autonomia – o poder de “mandarem si mesmos” – como verdadeiras **divisões**: políticas, étnicas, culturais, religiosas, militares, econômicas, administrativas, eleitorais.

Quem vê o site do STE percebe o mapa do Brasil com 9 estados vermelhos – BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE, PI, MA, PA e TO – e outros 16 azuis. Nos primeiros, ganhou no 2º turno o candidato Fernando Haddad; nos outros, de população bem mais numerosa, a vitória de Jair Bolsonaro o levou ao mandato de quatro anos como Presidente do Brasil.

No campo das explicações, as cores já levam a um significado: o vermelho não quer dizer somente PT, mas “Esquerda”, proposta de transformação social; o azul, além de passar a ideia de “está tudo bem” ou “tudo azul”, é a cor da “Direita”, do Brasil Conservador, de que se orgulha o Jair, não obstante sua filiação militar traduzida no verde-amarelo.

Por ora, é preciso concordar que mais pesada do que a divisão do Brasil em estados e municípios, surge a divisão política entre petistas e não-petistas, turbinada pela emoção da vitória eleitoral da Direita depois de quatro eleições ganhas pela Esquerda. Tanto esta divisão está arraigada que petistas e não-petistas concordam em que tanto a facada que transformou um deputado inosso em vítima nacional quanto o sentimento de “anti-petismo” são considerados os mais poderosos cabos eleitorais do segundo turno.

Mas é imprescindível que aprofundemos a discussão sobre a natureza e as causas da divisão social do Brasil, já estudada há mais de 50 anos por Jacque Lambert (**ano**) em seu livro DOIS BRASIS, e agora levada ao extremo de uma verdadeira divisão geográfica, diante da qual nem o Acre, por vinte anos petista, resistiu à onda azul conservadora. Não faltam elementos históricos, econômicos, sociais, e até mesmo político-eleitorais para serem estudados: entre estes últimos, há que se debruçar sobre mapas estaduais dos resultados das eleições, desde o fenômeno quase incompreensível da vitória do PT em **todos os municípios**  
**RCC, Juara/MT/Brasil, v. 4, n. 1, p. 139-147, jan./mar. 2019, ISSN: 2525-670X**      **140**



de alguns estados do Nordeste, até os estados azuis pontilhados de municípios vermelhos – como a desafiar nossa inteligência, nossos corações e algumas “certezas da ciência política” ou da empáfia dos vencedores.

## **De volta militarismo que vem de “militar”; “disciplina” de “discípulo”.**

57 milhões de brasileiros escolheu um ex capitão militar à Presidência da República – portanto, um militar, é um momento de refletirmos, como educadores de estudantes, sobre o significado das quatro palavras que compõem o título deste item deste texto para a Revista de Comunicação Científica da Unemat de Juara.

**Discípulo.** Sinônimo de “discente”, vem do verbo do Latim “discere” = aprender. Mas não “aprender” em geral, aprender com a vida; mas aprender de um docente, de um mestre, com um professor. O discípulo se integra a uma comunidade escolar, a um projeto pedagógico. Filia-se a um pensamento encarnado num profissional da educação: no caso brasileiro, passamos por escolas elitistas – só para meninos brancos batizados; no século XIX evoluímos para uma educação seletiva, onde já eram bem vindas alunas e mestras, e se admitiam mestiços e mesmo negros alforriados ou libertos, de 13 de maio de 1888 em diante; caminhamos para a educação democrática, gratuita e universal, hoje obrigatória para crianças e adolescentes de 4 a 18 anos de idade.

**Disciplina.** É o conjunto das qualidades dos estudantes quanto a seu “comportamento” nas escolas, na sala de aula. Respeitar os mestres e colegas, esforçar-se em aprender as matérias do currículo; participar das atividades estudantis, incluídas as da “gestão democrática”, organizando-se em grêmios e em conselhos. Seguir os dispositivos do regimento escolar, respeitando horários, calendários, regras de urbanidade e cidadania.

**Militar.** Como verbo, é empenhar-se por uma causa, dedicar-se a um objetivo social. Militamos na torcida de um clube; nas atividades de um partido político; nas ações de uma igreja. Como substantivo, reservou-se o termo para os cidadãos que dedicam sua vida de trabalho, sua profissionalidade, a serem membros das “forças armadas” (exército, marinha, aeronáutica, polícia) que garantem a ordem social, a segurança, a paz – embora estejam preparados para sua defesa pelo uso legal da força e das armas. Neste sentido, tem como substantivo antônimo o “civil”. Quem conhece a história da Primeira República se lembra da **RCC, Juara/MT/Brasil, v. 4, n. 1, p. 139-147, jan./mar. 2019, ISSN: 2525-670X**



“campanha civilista” do candidato Ruy Barbosa a Presidente da República, para se contrapor à volta dos generais ao poder na pessoa de Hermes da Fonseca. Perdeu a eleição, mas ganhou o respeito dos cidadãos e da História.

**Militarismo.** É o nome que damos ao modo autoritário e hierárquico de agir dos militares, bom numa guerra, antidemocrático na paz, bem como à doutrina que prevê uma “ordem” social nos moldes militares, inclusive na ação jurídica e política. Já tivemos Deodoro e Floriano como Presidente e Vice a inaugurar a República. Tempos de trevas. E cinco generais Ditadores de 1964 a 1985. Será que não aprendemos ?

## **Posse de presidente eleito e a ascensão do novo Brasil**

A duas semanas da posse do presidente eleito em outubro, e diante do conjunto de suas declarações, torna-se necessária uma reflexão sobre os rumos da educação no Brasil.

Desde 1988 temos um norte constitucional que baliza e projeta nossa educação, concentrada nos dispositivos dos artigos 205 a 214. “Direito de todos e dever do Estado e da Família”, ela se pauta por um conjunto de princípios construídos na evolução social do século XX: igualdade de oportunidades, liberdade de aprender e ensinar, pluralismo de ideias e instituições, com gratuidade nas escolas e universidades públicas, valorização dos profissionais da educação, com piso salarial nacional para os integrantes das carreiras públicas, gestão democrática, com decisões colegiadas e, finalmente, diante dos desafios de universalização e das diversidades, garantia de padrão de qualidade.

O dever do Estado, por sua vez, implica em oferta universal de escolas para atender à demanda do ensino obrigatório – hoje para as crianças e adolescentes de 04 a 18 anos – bem como de atendimento gratuito tanto em creches, para os filhos das famílias que por elas optarem, quanto para jovens e adultos que não tenham concluído a educação básica até os 18 anos. Para tanto, com verbas da União, estados e municípios manterão programas de transporte e alimentação escolar, material didático e assistência à saúde.

Aos governos federal e estadual cabe também a oferta gratuita da educação superior, de graduação e de pós-graduação, bem como a manutenção de universidades com administração e currículos autônomos, destinados aos que concluíram o ensino médio e se orientem para cursos “segundo a capacidade de cada um”.



Nenhuma dúvida, portanto, de termos evoluído do ensino elitista e seletivo dos séculos passados para a educação universal e democrática: **de todos e para todos.**

Em tese, a administração ou governo do Brasil também é democrático e para todos, nos marcos da igualdade, da justiça e da solidariedade, segundo o art. 3º da Constituição. No entanto, o mesmo artigo prescreve que são objetivos da República “erradicar a pobreza, reduzir as desigualdades sociais e promover o bem de todos, sem preconceitos e quaisquer formas de discriminação.” Assim, ao declarar que seu governo é de todos, o novo presidente se dispõe a obedecer aos preceitos constitucionais e, na área da educação, fazer valer os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases e do Plano Nacional de Educação – este último visivelmente desconsiderado nos dois últimos anos. No que se refere à **valorização de todos os profissionais da educação, inclusive dos funcionários e funcionárias, vamos cobrá-lo.** Saíamos todos da invisibilidade!

### **Educação Brasileira: Haja Complexidade!**

Nos quase trinta séculos que antecederam a chegada da frota de Cabral a Porto Seguro, nossas terras eram habitadas pelos povos indígenas – o que se comprova pelas inscrições rupestres da Serra da Capivara no Piauí, às quais se somam outros vestígios, como os de Mato Grosso. Ora a cultura desses milhões de “silvícolas” era ágrafa, sem escrita e sua socialização era “sem escola”. Isso facilita entendermos o porquê dos altos índices de analfabetismo de algumas de nossas populações rurais. Explica, mas não justifica. O desafio está aí para o superarmos – não pela morte dos analfabetos, mas pela ação político-pedagógica de nossos sistemas municipais de ensino.

Em Belo Horizonte num Congresso de Educação a Distância, pudemos partilhar a experiência de formação continuada dos cursos técnicos do PROFUNCIÓNÁRIO, que ajudei a implementar no MEC de 2004 a 2016. Os cursos semi-presenciais de alimentação escolar, secretaria escolar, multimeios didáticos e infraestrutura escolar, com 1.500 horas de duração e destinados à categoria dos funcionários da educação básica das redes estaduais e municipais, estão fazendo papel importante não somente para valorizar parte dos dois milhões de educadores “invisíveis, mas atuantes”, como também para integrá-los no esforço de imprimir qualidade e democracia às escolas de educação infantil, fundamental e média neste Brasil. E **RCC, Juara/MT/Brasil, v. 4, n. 1, p. 139-147, jan./mar. 2019, ISSN: 2525-670X** 143



eles são uma oportunidade excelente de conjugar a *presencialidade* dos(as) funcionários(as) que se tornam colegas NUMA TURMA e sujeitos da gestão democrática NUMA ESCOLA e NUM SISTEMA DE ENSINO, com *as tecnologias da EAD*, que derrubam as fronteiras entre suas individualidades e a fruição da cultura nacional e mundial.

## “Liberdade de Cátedra” já era. O que, então, deve-se cultivar nas escolas?

O que é a “liberdade de cátedra”? Entendo que foi uma reivindicação, uma bandeira de intelectuais (principalmente de professores, investidos na docência de suas disciplinas na educação secundária e superior no século XIX) que defendiam a autonomia de pensar e expressar seu pensamento, mesmo que contrário às ideias e aos dispositivos legais vigentes, baseados em suas convicções filosóficas e científicas e respaldados por sua posição social e pelo reconhecimento de parte da sociedade.

Lembram-se que nas antigas salas de aula, a mesa e a cadeira (“cathedra”, em latim) ficavam num plano superior ao dos estudantes? E que, até pouco tempo, os docentes universitários se dividiam entre os “catedráticos” e os “demais” titularmente subalternos?

Esse movimento social do liberalismo abrigou no guarda-chuva da “liberdade”, não somente o poder de se falar o que se sabe e o que se quer –inclusive nas escolas – em contraponto ao autoritarismo e eventualmente ao tacão das ditaduras e à rotina das hierarquias, como acabou também inibindo a troca de saberes que se fez pedagogicamente hegemônica na prática e nas teorias do grande brasileiro PAULO FREIRE. O pedagogo foi exilado pelos militares de plantão e reabilitado como doutor em várias universidades europeias, americanas e brasileiras. Vejam o título de seu primeiro livro: “Educação como Prática da Liberdade”. Mas atenção a alguns dos que o seguiram: “Pedagogia do Oprimido” (2007), “Pedagogia da Autonomia”, “Pedagogia da Autonomia” (2015), “Pedagogia da Esperança” (1992).

Em 1988, vinte anos após seu primeiro livro, a Constituição do Brasil, dita “cidadã”, abre sua declaração de princípios da educação, no art. 206, estatuinto o seu valor básico: “Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber”. Com esta frase lapidar, reforçada pelos princípios da igualdade de oportunidades, do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, de gratuidade do ensino, de gestão democrática e de



garantia de padrão de qualidade, a expressão “liberdade de cátedra” se recolheu a sua dimensão menor e um tanto corporativa e foi substituída por **valorização dos profissionais da educação**. Esta última, sim, revestida de uma grande novidade, fruto da Emenda 53, de 2006, que substituiu a expressão “profissionais do ensino” – que se referia aos professores e pedagogos – pela conquista até agora pouco compreendida pelos brasileiros, a de que abrange também os educadores não-docentes, sempre presentes nas escolas e agora reconhecidos como profissionais a ser valorizados. Uma vez com a formação técnica e pedagógica que lhes obriga o art. 62-A da LDB, eles são também responsáveis pela Proposta Pedagógica da Escola, eles também se abrigam sob o manto da liberdade de expressar seu pensamento e sua ação, eles se juntam aos mestres e estudantes para criar cultura e construir saber.

Comemoremos, pois, a versão brasileira da liberdade, igualdade e fraternidade nas escolas: com ideias e partidos, sim; com oportunidades iguais para todos, pela escola pública e gratuita; e com a vivência fraterna, fruto da riqueza de nossas diferenças, lutando contra as desigualdades, por meio de deliberações coletivas e democráticas.

## Considerações a cerca deste novo Brasil

Do alto de minha vivência por este rico Brasil, podemos dizer que nada é eterno no mundo, enquanto houver trabalho assalariado... Mas digo que além de surpreso, ando estarrecido com alguns discursos e escritos de gente que se diz “culto” afirmando que é preciso “acabar com o PT”, bani-lo, soterrá-lo.

Pior: alguns afirmam este propósito, agitam esta bandeira em nome da “democracia”, como se o Partido dos Trabalhadores fosse uma “patologia social”, quando não uma invenção diabólica, uma erva estranha e daninha que surgiu para infelicitar o povo brasileiro. Os petistas seriam candidatos à prisão ou à fogueira...

Se algum dos leitores deste boletim ainda não sabe, eu fui um dos primeiros filiados ao Partido dos Trabalhadores no Mato Grosso, escolhido para ser candidato ao governo do Estado nas eleições de 1982. Era o tempo da “redemocratização”, depois de 18 anos de ditadura militar, com sucessivos generais como presidentes da República. A maioria dos filiados era de trabalhadores rurais, de servidores da educação e da saúde, que se organizavam nos municípios sob orientação de poucos, mas corajosos intelectuais de movimentos de **RCC, Juara/MT/Brasil, v. 4, n. 1, p. 139-147, jan./mar. 2019, ISSN: 2525-670X**



esquerda, remanescentes alguns de organizações da oposição aos governos militares ou “oficiais” de então.

Dito isso, quero esclarecer a todos que o PT é uma flor e um fruto da democracia, um reconhecimento de que a sociedade – o Brasil, o seu Estado, o seu Município - só vive e se sustenta com o suor dos trabalhadores e das trabalhadoras. Até 1888 eles eram escravos e escravas dos colonizadores europeus. Por setenta anos, os portugueses tentaram escravizar os indígenas, dando-lhes machados de aço para derrubar toras de pau-brasil e empurrá-las para as caravelas. Muitos resistiram e morreram, outros se refugiaram no interior, longe dos “conquistadores”. Por 350 anos, milhões de africanos foram trazidos para engenhos, garimpos e fazendas como escravos: seu descanso de 12 horas de trabalho eram os grilhões e as correntes de aço, dos quais ficaram livres perto do século XX. Para trabalhar e produzir chegaram os imigrantes espanhóis, italianos, alemães, poloneses, libaneses, japoneses que forjaram outro semblante para o povo brasileiro. Braços e faces de **trabalhadores, hoje com mais de 150 anos de assalariados, há mais de cem anos organizados em sindicatos e há quase 40 anos associados a um partido político que já governou municípios, estados e a Nação chamada Brasil.**

Que empáfia, que arrogância é essa de pregar a destruição do partido mais autêntico e enraizado na história e na geografia brasileira, do Acre ao Ceará, do Pará ao Rio Grande do Sul? Das 50 milhões de famílias que compõem o povo brasileiro, mais de 45 milhões têm como seu chefe ou sua chefe um trabalhador assalariado, uma trabalhadora que vive de salário público ou privado! Poderíamos até criticar um antigo Partido Comunista que se inspirava em doutrinas estrangeiras ou uma UDN entreguista aos interesses do Capitalismo Norteamericano. Mas, dizer que o Partido DOS TRABALHADORES não tem lugar no Brasil é, no mínimo, uma insanidade. Como já disseram cientistas sociais, uma vez conquistados pelo povo o voto universal e secreto, e educadas as novas gerações, o presente e o futuro pertencem aos que são a MAIORIA dos ELEITORES – os trabalhadores. Por isso, não me aposento nunca...





## Quero aproveitar o espaço desta Revista para externar a HOMENAGEM A JÚLIO E A JOCILENE, FALECIDOS EM ACIDENTE NO MATO GROSSO

Em acidente provocado pela colisão do carro do SINTEPMT com uma carreta, na BR-163, nas proximidades de Diamantino, faleceram no dia 02 de dezembro o professor Júlio Cesar e a técnica em multimeios didáticos Jocilene Barbosa dos Santos, em plena atividade sindical. Júlio foi presidente do SINTEP e exímio defensor da valorização salarial dos trabalhadores da educação, em mobilizações e negociações, quando dava aos governantes (e a todos nós) lições sobre o financiamento das políticas públicas. Jocilene estava iniciando o sexto mês de seu mandato de presidente – cargo para o qual foi eleita por unanimidade pela categoria, a primeira mulher e a primeira funcionária a presidir a entidade, depois de transformada em sindicato. Aos dois a homenagem e a gratidão dos que usufruímos da militância exemplar que ambos deram ao Brasil.

### Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. Reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Unesp, 2000.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da solidariedade**. Gravação, transcrição e tradução de Walter Ferreira de Oliveira. Org. e Supervisão da tradução de Nita Freire. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2014.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. 52. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.